


BEST-SELLER INTERNACIONAL

Uma breve história da humanidade

29ª EDIÇÃO



Sapiens

Yuval Noah Harari

“Harari é brilhante [...]. *Sapiens* é realmente impressionante, de se ler num fôlego só. De fato questiona nossas ideias preconcebidas a respeito do universo.”

The Guardian

L&PM
EDITORES

Não existe justiça na história

ENTENDER A HISTÓRIA HUMANA NOS MILÊNIOS QUE SUCEDERAM À REVOLUÇÃO Agrícola se resume a uma única questão: como os humanos se organizavam em redes de cooperação em massa, uma vez que careciam de instintos biológicos para sustentar tais redes? A resposta sucinta é que os humanos criaram ordens imaginadas e desenvolveram sistemas de escrita. Essas duas invenções preencheram as lacunas deixadas por nossa herança biológica.

No entanto, o aparecimento de tais redes foi, para muitos, uma vantagem duvidosa. As ordens imaginadas que sustentavam essas redes nunca foram neutras nem justas. Elas dividiram as pessoas em pretensos grupos, dispostos em uma hierarquia. Os níveis superiores desfrutavam de privilégios e poder, enquanto os inferiores sofriam discriminação e opressão. O Código de Hamurabi, por exemplo, estabelecia uma ordem hierárquica formada por homens superiores, homens comuns e escravos. Os superiores ficavam com todas as coisas boas da vida. Os homens comuns ficavam com o que sobrava. Os escravos ficavam com uma surra, se reclamassem.

Apesar de sua proclamação da igualdade entre todos os homens, a ordem imaginada constituída pelos norte-americanos em 1776 também estabeleceu uma divisão. Criou uma hierarquia entre homens, que se beneficiavam dela, e mulheres, que ficaram desprovidas de autoridade. Criou uma hierarquia entre brancos, que desfrutavam de liberdade, e negros e indígenas, considerados humanos de uma espécie inferior, não compartilhando, assim, dos direitos igualitários dos homens. Muitos dos que assinaram a Declaração da Independência eram senhores de escravos. Eles não libertaram escravos depois que assinaram a Declaração nem se consideraram hipócritas. Em sua visão, os direitos dos *homens* pouco tinham a ver com os negros.

A ordem norte-americana também consagrou a hierarquia entre ricos e pobres. A maioria dos norte-americanos da época quase não tinha problemas com a desigualdade causada por pais ricos que passavam seu dinheiro e negócios para os filhos. Na visão deles, igualdade significava apenas que as mesmas leis se aplicavam a ricos e pobres. Não tinha nada a ver com seguro-desemprego, educação integrada ou seguro-saúde. A liberdade também tinha conotações muito diferentes das que tem hoje. Em 1776, não significava que os desprivilegiados (pelo menos não negros, índios e, muito menos, mulheres) podiam conquistar e exercer o poder. Significava simplesmente que o Estado não podia, exceto em circunstâncias incomuns, confiscar a propriedade privada de um cidadão nem dizer a ele o que fazer com ela. A ordem norte-americana, com isso, endossou a hierarquia da riqueza, que alguns pensavam ter sido ordenada por Deus e outros viam como a representação das leis imutáveis da natureza. A natureza, alegava-se, recompensava mérito com riqueza, enquanto penalizava a indolência.

Todas as distinções mencionadas aqui – entre homens livres e escravos, brancos e negros, ricos e pobres – se baseiam em ficções. (A hierarquia entre homens e mulheres será discutida posteriormente.) Ainda assim, é uma lei férrea da história que toda hierarquia imaginada negue suas origens ficcionais e afirme ser natural e inevitável. Por exemplo, muitas pessoas que viam a hierarquia dos homens livres e dos escravos como natural e correta argumentaram que a escravidão não é uma invenção humana. Hamurabi a via como algo ordenado por Deus. Aristóteles afirmou que os escravos tinham uma “natureza escrava”, enquanto os homens livres tinham uma natureza “livre”. Seu status na sociedade não passava de um reflexo de sua natureza inata.

Pergunte aos defensores da supremacia branca sobre hierarquia racial e prepare-se para ouvir uma palestra pseudocientífica sobre as diferenças biológicas entre as raças. É provável que digam que há algo no sangue ou nos genes caucasianos que torna os brancos naturalmente mais inteligentes, trabalhadores e virtuosos. Pergunte a um capitalista obstinado sobre a hierarquia da riqueza e provavelmente ouvirá que se trata do resultado inevitável de diferenças objetivas na capacidade dos indivíduos. Segundo essa visão, os ricos têm mais dinheiro porque são mais capazes e aplicados. Portanto, ninguém deveria se incomodar se os ricos têm melhor serviço de saúde, melhor educação e melhor nutrição.

são merecedores de todos os benefícios de que desfrutam.

Os hindus que aderem a um sistema de castas acreditam que forças cósmicas fizeram uma casta superior a outra. De acordo com um famoso mito de criação hindu, os deuses criaram o mundo a partir do corpo de um ser primitivo, Purusha. O Sol foi criado dos olhos de Purusha; a Lua, do cérebro de Purusha; os brâmanes (sacerdotes), de sua boca; os xátrias (guerreiros), de seus braços; os vaixás (camponeses e mercadores), de suas coxas; os sudras (criados), de suas pernas. Aceite essa explicação, e as diferenças sociopolíticas entre brâmanes e sudras passam a ser tão naturais e eternas quanto as diferenças entre o Sol e a Lua.¹ Os antigos chineses acreditavam que, quando sua deusa Nu Kua criou os humanos a partir da terra, ela fez os aristocratas com uma bela argila amarela, enquanto os homens comuns foram moldados com barro marrom.²

Ainda assim, até onde sabemos, essas hierarquias são produto da imaginação humana. Brâmanes e sudras não foram realmente criados por deuses a partir de diferentes partes do corpo de um ser primitivo. Em vez disso, a distinção entre as duas castas foi criada por leis e normas inventadas por humanos no norte da Índia, há cerca de 3 mil anos. Ao contrário do que dizia Aristóteles, não se conhece nenhuma diferença biológica entre escravos e homens livres. Leis e normas humanas transformaram algumas pessoas em escravos e outras em senhores. Entre negros e brancos existem algumas diferenças biológicas objetivas, como cor da pele e tipo de cabelo, mas não há nenhuma evidência de que essas diferenças se estendam à inteligência ou à moral.

A maioria das pessoas afirma que sua hierarquia social é natural e justa, enquanto as de outras sociedades são baseadas em critérios falsos e ridículos. Os ocidentais modernos são ensinados a desprezar a ideia de hierarquia racial. Eles ficam chocados com as leis que proíbem os negros de viver em bairros de brancos, ou estudar em escolas de brancos, ou ser tratados em hospitais de brancos. Mas a hierarquia de ricos e pobres, que autoriza os ricos a viver em bairros distintos e mais luxuosos, estudar em escolas distintas e de mais prestígio e receber tratamento médico em instalações distintas e bem equipadas, parece perfeitamente sensata para muitos norte-americanos e europeus. Mas é um fato comprovado que a maior parte dos ricos são ricos pelo simples motivo de terem nascido em uma família rica, enquanto a maior parte dos pobres continuarão pobres no decorrer da vida simplesmente por terem nascido em uma família pobre.

Infelizmente, sociedades humanas complexas parecem exigir hierarquias imaginadas e discriminação injusta. É claro que nem todas as hierarquias são moralmente idênticas, e algumas sociedades sofreram tipos mais extremos de discriminação do que outras. Apesar disso, os estudiosos não têm conhecimento de nenhuma grande sociedade que tenha sido capaz de prescindir totalmente da discriminação. Repetidas vezes, as pessoas estabeleceram a ordem em sua sociedade classificando a população em categorias imaginadas, como homens superiores, homens comuns e escravos; brancos e negros; patrícios e plebeus; brâmanes e sudras; ricos e pobres. Essas categorias regulamentaram as relações entre milhões de seres humanos ao tornar algumas pessoas superiores a outras em termos jurídicos, políticos ou sociais.

As hierarquias têm uma função importante. Elas permitem que estranhos saibam como tratar uns aos outros sem desperdiçar o tempo e a energia necessários para se tornarem pessoalmente familiarizados. Em *Pigmaleão*, de Bernard Shaw, Henry Higgins não precisa se tornar íntimo de Eliza Doolittle para entender como deve se relacionar com ela. Só de ouvi-la falar, ele deduz que se trata de um membro de classe baixa com quem pode fazer o que quiser – por exemplo, usá-la como títere em sua aposta de fazer uma vendedora de flores ambulante se passar por duquesa. Uma Eliza dos tempos modernos trabalhando em uma floricultura precisa saber quanto esforço dedicar à venda de rosas e gladiolos para as pessoas que entram na loja todos os dias. Não pode fazer uma indagação detalhada dos gostos e bolsos de cada indivíduo. Em vez disso, usa algumas pistas – o modo como a pessoa está vestida, sua idade e, se não for politicamente correta, a cor da pele. É assim que ela imediatamente faz a distinção entre o sócio da firma de contabilidade que tem grande probabilidade de comprar um buquê de rosas caro e o mensageiro que só tem um dólar para gastar num punhado de margaridas.

Obviamente, as diferenças nas habilidades naturais também desempenham seu papel na formação de distinções sociais, mas tais diversidades de aptidão e caráter costumam ser mediadas por hierarquias imaginadas. Isso acontece de duas formas importantes. A primeira e a principal delas é que a maioria das habilidades precisa ser cultivada e desenvolvida. Mesmo que alguém nasça com um talento em particular, esse talento normalmente permanecerá latente se não for estimulado, lapidado e exercitado. Nem todas as pessoas têm a mesma chance de

nutrir e aperfeiçoar suas habilidades. Ter ou não essa oportunidade costuma depender de sua posição na hierarquia imaginada pela sociedade em que estão inseridas. Harry Potter é um bom exemplo. Tirado de sua família notável de bruxos e criado por *trouxas* ignorantes, ele chega a Hogwarts sem nenhuma experiência em magia. São necessários sete livros até que ele aprenda a dominar plenamente seus poderes e conheça suas habilidades excepcionais.

A segunda é que, mesmo que pessoas pertencentes a classes diferentes desenvolvam exatamente as mesmas habilidades, é improvável que tenham o mesmo sucesso, porque terão que jogar segundo regras diferentes. Se, na Índia governada pela Inglaterra, um intocável, um brâmane, um irlandês católico e um inglês protestante tivessem, de alguma forma, desenvolvido exatamente o mesmo tino para os negócios, ainda assim não teriam as mesmas chances de enriquecer. O jogo econômico era manipulado por restrições jurídicas e barreiras invisíveis não oficiais.

O círculo vicioso

Todas as sociedades são baseadas em hierarquias imaginadas, mas não necessariamente nas mesmas hierarquias. O que explica essas diferenças? Por que as pessoas são classificadas na sociedade indiana tradicional de acordo com castas, na sociedade otomana de acordo com a religião e na sociedade norte-americana de acordo com a raça? Na maioria dos casos, a hierarquia surgiu em consequência de um conjunto de circunstâncias históricas acidentais e foi, então, perpetuada e refinada durante muitas gerações, à medida que diferentes grupos passaram a ter interesses pessoais em tal hierarquia.

Por exemplo, muitos estudiosos supõem que o sistema de castas hindu tomou forma quando o povo indo-ariano invadiu o subcontinente indiano há cerca de 3 mil anos, subjugando a população local. Os invasores estabeleceram uma sociedade estratificada, em que – é claro – ocuparam as posições principais (sacerdotes e guerreiros), deixando aos nativos a condição de criados e escravos. Os invasores, em menor número, temiam perder seu status privilegiado e identidade singular. Para evitar esse risco, dividiram a população em castas, exigindo que cada

uma delas se dedicasse a uma ocupação específica ou desempenhasse um determinado papel na sociedade. Cada uma tinha status legal, privilégios e deveres diferentes. A mistura de castas – interação social, casamento e até mesmo o compartilhamento de refeições – era proibida. E as distinções não eram apenas legais: se tornaram uma parte inerente da mitologia e da prática religiosa.

Os governantes argumentavam que o sistema de castas refletia uma realidade cósmica eterna, e não um processo histórico casual. Conceitos de pureza e impureza eram elementos essenciais no hinduísmo, e eram utilizados para sustentar a pirâmide social. Os hindus devotos aprendiam que o contato com membros de uma casta diferente podia contaminá-los não apenas pessoalmente, mas também a sociedade como um todo e, portanto, devia ser abominado. Essas ideias não são exclusividade dos hindus. No decorrer da história, e em praticamente todas as sociedades, conceitos de contaminação e pureza tiveram um papel fundamental na imposição de divisões políticas e sociais e foram explorados por muitas classes dominantes a fim de estas manterem seus privilégios. No entanto, o medo da contaminação não foi totalmente inventado por sacerdotes e príncipes. Provavelmente tem suas origens em mecanismos de sobrevivência que fazem os humanos sentirem uma repulsa instintiva por portadores de doenças em potencial, como pessoas enfermas e cadáveres. Se você quiser manter qualquer grupo humano isolado – mulheres, judeus, ciganos, gays, negros –, a melhor forma é convencer todos de que essas pessoas são fonte de contaminação.

O sistema de castas hindu e as leis de pureza que o acompanham ficaram profundamente arraigados na cultura indiana. Bem depois que a invasão indo-ariana foi esquecida, os indianos continuaram a acreditar nesse sistema e a abominar a contaminação causada pela mistura de castas. As castas não são imunes a mudanças. De fato, com o passar do tempo, grandes castas foram divididas em subcastas. As quatro castas originais acabaram por se transformar em 3 mil agrupamentos diferentes chamados *jati* (literalmente, “nascimento”). Mas essa proliferação de castas não mudou o princípio básico do sistema, segundo o qual cada pessoa nasce em um determinado nível, e qualquer transgressão de suas regras contamina a pessoa e a sociedade como um todo. A *jati* de uma pessoa determina sua profissão, o alimento que pode comer, seu local de residência e os possíveis parceiros para casamento. Normalmente, uma

pessoa só pode se casar com alguém de sua casta, e os filhos gerados herdam esse status.

Sempre que surgia uma nova profissão ou entrava em cena um novo grupo de pessoas, eles tinham de ser reconhecidos como casta para receber um lugar legítimo dentro da sociedade hindu. Grupos que não conseguiam obter reconhecimento como casta eram, literalmente, párias – nessa sociedade estratificada, não ocupavam sequer o patamar mais baixo. Eles ficaram conhecidos como intocáveis. Tinham de viver separados dos outros e tentar sobreviver de formas humilhantes e repulsivas, revirando latas de lixo em busca de sucata, por exemplo. Até mesmo membros das castas mais baixas evitavam se misturar com eles, comer com eles, tocá-los e, é claro, se casar com eles. Na Índia atual, questões de casamento e trabalho ainda são fortemente influenciadas pelo sistema de castas, apesar de todas as tentativas do governo democrático para acabar com tais distinções e convencer os hindus de que não há nenhuma contaminação na mistura de castas.³

Pureza na América

Um círculo vicioso similar perpetuou a hierarquia racial na América moderna. Do século XVI ao XVIII, os conquistadores europeus importaram milhões de escravos africanos para trabalhar em minas e plantações do continente americano. Optaram por importar escravos da África e não da Europa ou do leste da Ásia devido a três fatores circunstanciais. Primeiro, a África era mais perto, então era mais barato importar escravos do Senegal que do Vietnã.

Em segundo lugar, na África já existia um comércio de escravos bem desenvolvido (exportando principalmente para o Oriente Médio), enquanto na Europa a escravidão era muito rara. Era obviamente muito mais fácil comprar escravos em um mercado existente do que criar um do zero.

O terceiro fator, e o mais importante, era que as fazendas em locais como a Virgínia, o Haiti e o Brasil estavam tomadas por malária e febre amarela, originárias da África. Os africanos haviam adquirido, durante gerações, uma imunidade genética parcial a essas doenças, enquanto os

européus eram totalmente indefesos e morriam aos montes. Portanto, era mais prudente para um dono de latifúndio investir seu dinheiro em um escravo africano do que em um escravo ou criado europeu. Paradoxalmente, a superioridade genética (em termos de imunidade) se traduziu em inferioridade social: precisamente por estarem mais adaptados a climas tropicais do que os escravos provenientes da Europa, os africanos terminaram como escravos de senhores europeus! Devido a esses fatores circunstanciais, as novas sociedades em desenvolvimento no continente americano foram divididas em uma casta dominante de europeus brancos e uma casta subjugada de negros africanos.

Mas as pessoas não gostam de dizer que mantêm escravos de uma certa raça ou origem simplesmente porque é conveniente em termos econômicos. Como os conquistadores arianos na Índia, os europeus brancos nas Américas não queriam ser vistos apenas como bem-sucedidos economicamente, mas também como piedosos, justos e objetivos. Mitos religiosos e científicos foram utilizados para ajudar a justificar essa divisão. Teólogos afirmaram que os africanos descendiam de Cam, filho de Noé amaldiçoado por seu pai, que disse que seus filhos seriam escravos. Biólogos afirmaram que os negros eram menos inteligentes que os brancos e que tinham senso moral menos desenvolvido. Médicos afirmaram que os negros viviam na sujeira e disseminavam doenças – em outras palavras, eram fonte de contaminação.

Esses mitos repercutiram na cultura americana, e na cultura ocidental de modo geral. Continuaram a exercer influência bem depois que as condições que criaram a escravidão haviam desaparecido. No início do século XIX, o Império Britânico declarou a escravidão ilegal e interrompeu o comércio de escravos no Atlântico, e, nas décadas seguintes, a escravidão foi pouco a pouco sendo proibida em todo o continente americano. É digno de nota que essa foi a primeira e única vez na história que as sociedades escravocratas aboliram a escravidão voluntariamente. Mas, mesmo que os escravos tenham sido libertados, os mitos racistas que justificaram a escravidão persistiram. A separação das raças foi mantida por legislações e normas sociais racistas.

O resultado foi um ciclo retroalimentado de causa e efeito, um círculo vicioso. Considere, por exemplo, o sul dos Estados Unidos imediatamente após a guerra civil. Em 1865, a 13ª emenda à Constituição dos Estados Unidos aboliu a escravatura, e a 14ª impôs que não se podiam

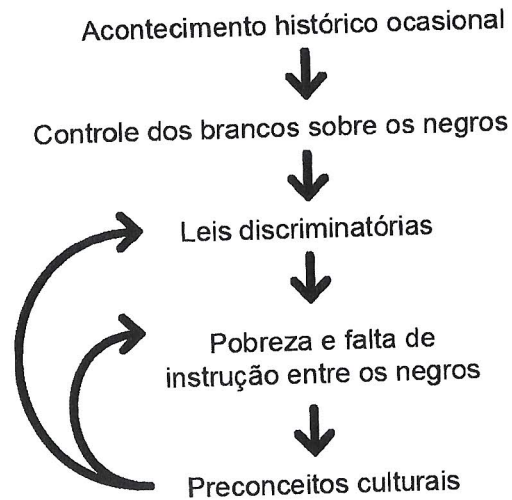
negar, com base na raça, cidadania e proteção igualitária perante a lei. No entanto, depois de dois séculos de escravidão, a maioria das famílias negras era muito mais pobre e menos instruída do que a maioria das famílias brancas. Assim, um negro nascido no Alabama em 1865 tinha muito menos chance de obter boa educação e um emprego bem pago do que seus vizinhos brancos. Seus filhos, nascidos nas décadas de 1880 e 1890, iniciaram a vida com a mesma desvantagem – eles também nasceram em uma família pobre e pouco instruída.

Mas a desvantagem econômica não era tudo. O Alabama também era lar de muitos brancos pobres que não tinham acesso às oportunidades disponíveis a seus irmãos de raça com melhores condições financeiras. Além disso, a Revolução Industrial e as ondas de imigração transformaram os Estados Unidos em uma sociedade extremamente fluida, em que se podia subir na vida rapidamente. Se o dinheiro fosse tudo o que importava, a rígida divisão entre as raças logo teria desaparecido, inclusive por meio do casamento inter-racial.

Mas isso não aconteceu. Em 1865, os brancos, e também muitos negros, assumiam como certo o fato de que os negros eram menos inteligentes, mais violentos e sexualmente libertinos, mais preguiçosos e menos preocupados com higiene pessoal do que os brancos. Eram, dessa forma, agentes de violência, roubos, estupros e doenças – em outras palavras, contaminação. Se, em 1895, um negro residente do Alabama miraculosamente conseguisse obter uma boa educação e se candidatasse a um emprego respeitável – como caixa de banco, por exemplo –, as chances de ser aceito seriam muito menores do que as de um candidato branco com as mesmas qualificações. O estigma que rotulava os negros como, por natureza, pouco confiáveis, preguiçosos e menos inteligentes conspiraria contra ele.

Pode-se pensar que as pessoas pouco a pouco entenderiam que esses estigmas eram mitos, e não fatos, e que, com o tempo, os negros seriam capazes de provar que são tão competentes, limpos e corretos quanto os brancos. Na verdade, aconteceu o oposto: esses preconceitos ficaram cada vez mais arraigados conforme o tempo foi passando. Como todos os melhores empregos eram dos brancos, ficou mais fácil acreditar que os negros eram realmente inferiores. “Veja”, dizia o cidadão branco médio, “os negros são livres há gerações e ainda assim quase não existem professores, advogados, médicos ou mesmo caixas de banco negros.

Não é uma prova de que os negros são simplesmente menos inteligentes e trabalhadores?” Nesse círculo vicioso, negros não eram contratados para empregos administrativos porque eram considerados pouco inteligentes, e a escassez de negros em empregos administrativos era prova de sua inferioridade.



O círculo vicioso: uma situação histórica fortuita se traduz em um rígido sistema social.

O círculo vicioso não acaba aí. À medida que os estigmas contra os negros se fortaleceram, foram traduzidos em um sistema de leis e normas chamadas “leis Jim Crow”, criado para proteger a ordem racial. Os negros eram proibidos de votar em eleições, estudar em escolas de brancos, comprar em lojas de brancos, comer em restaurantes de brancos, dormir em hotéis de brancos. A justificativa para tudo isso era que os negros eram sujos, indolentes e maldosos, de modo que os brancos tinham que se proteger deles. Os brancos não queriam dormir no mesmo hotel que os negros, ou comer no mesmo restaurante, por medo de doenças. Eles não queriam que seus filhos estudassem na mesma escola que crianças negras, por medo de brutalidade e más influências. Não queriam que os negros votassem nas eleições, já que os negros eram ignorantes e imorais. Esses temores eram confirmados por estudos científicos que “provavam” que os negros eram, de fato, menos instruídos,

que várias doenças eram mais comuns entre eles e que seus índices de criminalidade eram ainda mais altos (os estudos ignoravam o fato de que esses “fatos” *resultavam* da discriminação contra os negros).

Em meados do século XX, a segregação nos antigos Estados Confederados provavelmente era pior do que no fim do século XIX. Clennon King, um estudante negro que se candidatou à Universidade do Mississippi em 1958, foi forçado a ir para uma instituição psiquiátrica. O juiz responsável julgou que um negro só podia ser insano ao pensar que poderia ser admitido na Universidade do Mississippi.

Nada era tão revoltante para os sulistas (e muitos nortistas) norte-americanos como relações sexuais e casamento entre homens negros e mulheres brancas. O sexo interracial se tornou um grande tabu, e qualquer violação, ou suspeita de violação, era vista como merecedora de punição imediata e sumária na forma de linchamento. A Ku Klux Klan, sociedade secreta dos defensores da supremacia branca, perpetrou muitas dessas matanças. Eles poderiam ensinar algumas coisinhas aos brâmanes hindus sobre leis de pureza.

Com o tempo, o racismo se espalhou para cada vez mais esferas culturais. A cultura estética norte-americana foi construída sobre padrões brancos de beleza. Os atributos físicos da raça branca – por exemplo, pele branca e cabelos claros e lisos, nariz pequeno e arrebitado – começaram a ser identificados como belos. Traços tipicamente negros – pele escura, cabelos pretos e crespos, nariz achatado – eram considerados feios. Esses preconceitos impregnaram a hierarquia imaginada em um nível ainda mais profundo da consciência humana.

Tais círculos viciosos podem continuar por séculos e até mesmo milênios, perpetuando uma hierarquia imaginada que surgiu de um acontecimento histórico ocasional. Com frequência, a discriminação tende a piorar com o tempo, e não a melhorar. Dinheiro gera dinheiro, e pobreza gera pobreza. Educação gera educação, e ignorância gera ignorância. Os que foram vítimas da história uma vez tendem a ser vitimados novamente. E aqueles que a história privilegiou tendem a ser privilegiados novamente.

A maioria das hierarquias sociopolíticas carece de base lógica ou biológica – elas não passam da perpetuação de eventos ocasionais sustentados por mitos. Esse é um bom motivo para se estudar história. Se a divisão entre negros e brancos, ou entre brâmanes e sudras, fosse fundada em realidades biológicas – ou seja, se os brâmanes realmente tivessem cérebro mais

desenvolvido que os sudras –, a biologia seria suficiente para entender a sociedade humana. Como as distinções biológicas entre diferentes grupos de *Homo sapiens* são, na verdade, desprezíveis, a biologia não é capaz de explicar as complexidades da sociedade indiana ou a dinâmica racial norte-americana. Só podemos entender esses fenômenos estudando os acontecimentos, as circunstâncias e as relações de poder que transformaram produtos da imaginação em estruturas sociais cruéis – e muito reais.

Ele e ela

Diferentes sociedades adotam diferentes tipos de hierarquias imaginadas. A raça é muito importante para os norte-americanos modernos, mas era relativamente insignificante para os muçulmanos medievais. A casta era uma questão de vida e morte na Índia medieval, ao passo que na Europa moderna é algo que praticamente inexistente. Uma hierarquia específica, no entanto, foi de extrema importância em todas as sociedades humanas conhecidas: a hierarquia do gênero. Todos os povos se dividiram entre homens e mulheres. E em quase todos os lugares os homens foram privilegiados, pelo menos desde a Revolução Agrícola.

Alguns dos textos chineses mais antigos são ossos oraculares que datam de 1200 a.C., utilizados para adivinhar o futuro. Em um deles estava entalhada a pergunta: “A gestação da sra. Hao será afortunada?”. Para a qual foi escrita a resposta: “Se a criança nascer em um dia *ding*, será afortunada; se nascer em um dia *geng*, terá um futuro promissor”. No entanto, a sra. Hao daria à luz em um dia *jiayin*. O texto termina com a impertinente observação: “Três semanas e um dia depois, em um dia *jiayin*, nasceu a criança. Não foi afortunada. Era uma menina”.⁴ Mais de 3 mil anos depois, quando a China comunista decretou a política do “filho único”, muitas famílias chinesas continuavam considerando o nascimento de uma menina uma desgraça. Os pais muitas vezes abandonavam ou matavam meninas recém-nascidas para ter mais uma chance de ter um menino.

Em muitas sociedades, as mulheres eram mera propriedade dos homens, principalmente do pai, marido ou irmão. O estupro, em muitos sistemas jurídicos, era tratado como violação de propriedade – em outras palavras, a vítima não era a mulher estuprada, mas o homem a quem ela pertencia. Nesse caso, a sentença era a transferência de propriedade – o

estuprador era obrigado a pagar o valor de uma noiva ao pai ou ao irmão da mulher, e a partir de então ela se tornava propriedade do estuprador. A Bíblia diz que “Se um homem se encontrar com uma moça sem compromisso de casamento e a violentar, e eles forem descobertos, ele pagará ao pai da moça cinquenta peças de prata. Terá que casar-se com a moça” (Deuteronômio, 22:28-29). Os antigos hebreus consideravam esse acordo razoável.

Estuprar uma mulher que não pertencia a nenhum homem não era considerado crime algum, assim como pegar uma moeda perdida em uma rua movimentada não é considerado roubo. E se um marido estuprava a própria mulher, ele não cometia nenhum crime. Na verdade, a ideia de que um marido pudesse estuprar a esposa era um oxímoro. Ser marido era ter controle absoluto da sexualidade da esposa. Dizer que um marido “estuprou” a própria esposa era tão ilógico quanto dizer que um homem roubou a própria carteira. Tal pensamento não se limitava ao antigo Oriente Médio. Em 2006, ainda havia 53 países em que um marido não podia ser processado por estuprar a esposa. Até mesmo na Alemanha, as leis de estupro foram modificadas apenas em 1997, criando-se uma categoria jurídica para o estupro conjugal.⁵

A divisão entre homens e mulheres é produto da imaginação, como o sistema de castas na Índia ou o sistema racial nos Estados Unidos, ou é uma divisão natural com raízes biológicas mais profundas? E, se houver, de fato, uma divisão natural, existem também explicações biológicas para a primazia dos homens sobre as mulheres?

Algumas das disparidades culturais, jurídicas e políticas entre homens e mulheres refletem as diferenças biológicas óbvias entre os sexos. Gerar uma criança sempre foi trabalho das mulheres, porque os homens não têm útero. Ainda assim, sobre essa verdade universal, todas as sociedades acumularam diversas camadas de ideias e normas culturais que pouco têm a ver com biologia. As sociedades associam masculinidade e feminilidade com uma série de atributos que, em sua maioria, não têm base biológica.

Por exemplo, na Atenas democrática do século V a.C., um indivíduo provido de um útero não tinha status jurídico independente e era proibido de participar de assembleias populares ou ser juiz. Com poucas